

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA**  
**SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA**  
**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA SUL-RIO-GRANDENSE**  
**CONSELHO SUPERIOR**

**Ata 04/2016**

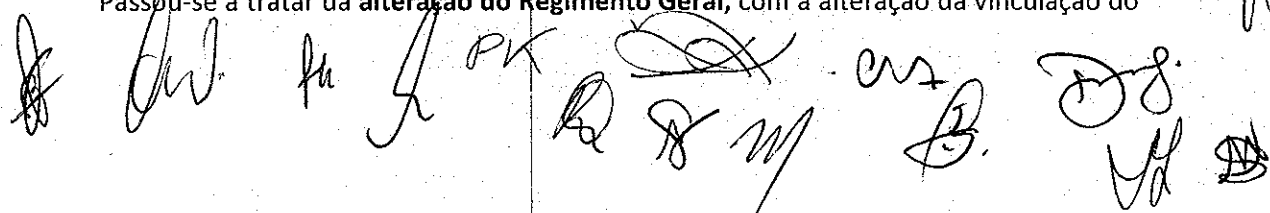
Aos cinco dias de setembro de 2016, na sala dos Conselhos da Reitoria, o Conselho Superior realizou reunião ordinária, sob a presidência do reitor Marcelo Bender Machado. Presentes os conselheiros e convidados Janete Otte, Marilvana Giacomelli Tavares, Cláudia Redecker Schwabe, Claire Gomes dos Santos, Fernanda Cristina Camillo, José Luiz Lopes Itturiet, Daltro Ben Hur de Carvalho Filho, Álvaro Luiz Carvalho Nebel, Carlos Alberto Soares da Silva, Marilice Chapper, Emanuel Marques Queiroga, Osni da Costa Rodrigues, Geraldo Dias Barbosa, Pablo Machado Mendes, Emerson da Rosa Rodrigues, Raíssa Castro Vasconcelos, Marco Antônio da Silva Vaz, Isabel Castro Bonow, Guilherme da Silva Aguiar, Roberta Bermudes dos Santos Silva, Miguel Ângelo Pereira Dinis, Ana Paula Vaz Albano, Eduardo Ricardo Fleitas Alzamendi, Giulia D'Ávila Vieira, Max Lindoberto Castro Gonçalves, Letícia Santos da Silva, Douglas Medeiros Vieira Madruga, Fabian Eduardo Debenedetti Carbajal, Daiane da Silva Gomes, Bruna de Oliveira Farias, Cristian Oliveira da Conceição, Gisele Schweickardt, Fernando Barkert, André Oreques Fonseca, Rafael Blank Leitzke, Milton Britto de Almeida, Maria Regina Rosa Lima, Daiani Nogueira Luche, Silvia Elena Koth Sedrez, Alexandre Pitol Boeira, Edimara Luciana Sartori, Gláucia Carine Tasso dos Santos, Almir Menegaz, Luciana Neves Loponte, Antônio Pedro da Silva Júnior, Marcos Roberto Prietto Schwans, Iago Gutierri Machado dos Santos, Caciane Barbosa Mesko, Mack Léo Pedroso, Tomaz Fantin de Souza, Marlise Sozio Vitcel, Gelson Luis Peter Corrêa, Moisés Beck, Voldinei Vargas da Costa, Flávia Katrein da Costa, Henrique Ziglia Maia, Adelaide Marli Neis, Ricardo Pereira Costa, Manoel José Porto Júnior, Marcos André Betemps Vaz da Silva, Alessandro de Souza Lima, Mauro André Barbosa Cunha, Lydia Tessman Mülling da Motta e Lia Pachalski. Justificaram ausência os conselheiros Braulio Sérgio Mewius, Letícia Rehbein Jeske, Ademir Dorneles de Dorneles, Rafael Leal Perez, Fabrício Luis Haas, Silvana Lurdes Maschio, Érico de Ávila Madruga e Moisés Beck. Dando início à reunião, a conselheira Luciana Loponte falou sobre os dez anos do câmpus Charqueadas, comemorados nesta semana; disse que dia 11 terá a rústica em comemoração ao aniversário, às 10 horas, com saída do câmpus Charqueadas; que durante a semana também haverá atividades comemorativas, com destaque para o dia 11, quando haverá cerimônia no auditório do câmpus, às 16 horas, com homenagens e falas sobre como se deu o processo de retomada de implantação do câmpus até os dias atuais e às 20 horas, jantar de aniversário, por adesão; que está dividindo sua alegria e convidando todos para participarem da cerimônia de sexta-feira. O pró-reitor Ricardo Costa solicitou a retirada do item 30 da pauta. A secretária Marilvana Tavares, em nome da CCS, agradeceu o empenho do câmpus Sapucaia do Sul que é o primeiro câmpus, além da reitoria, a ter seu portal nos novos moldes dispostos pela SETEC/MEC. Parabenizou o câmpus pelo trabalho, que foi árduo. O conselheiro Geraldo Barbosa falou sobre a quarta ROBOTIF, que será realizada dia 24 de setembro, em Camaquã, já divulgada no site e convidou à participação. O presidente Marcelo Bender falou sobre a LOA; que está sendo construída esta peça orçamentária; que o MPOG entrega aos demais ministérios os limites orçamentários para o outro ano, baseado na perspectiva de arrecadação e os ministérios criam suas possibilidades para entrar nesta lei orçamentária; que o MEC e

os IFEs, desde 2010, têm feito da seguinte maneira: o CONIF constrói uma matriz, que é indexada ao número de alunos e ao número de câmpus e numa série de outras questões do funcionamento, na tentativa de que essa matriz tenha, pelo menos, os valores mínimos de necessidades para cada câmpus. Apresentou o gráfico da matriz do IFSul; explicou que até 2012/2013 não conseguiu fazer o resgate histórico da matriz enviada ao MEC, mas a partir de 2014/2015, temos. Explicou que o MEC pega nossa matriz, compara com os limites que tem e faz a divisão entre as instituições que o compõem. Em 2014, a matriz proposta foi R\$ 51.000.000,00, a homologada foi R\$ 48.000.000,00 e o ano fechou com falta de aproximadamente R\$ 300.000,00. A matriz é sempre feita no exercício anterior e, em 2015, a proposta foi de R\$ 60.000.000,00, nesse valor acrescido o IPCA; foi aprovado R\$ 52.000.000,00 e executado R\$ 44.000.000,00; por isso, em 2015 tivemos muitos problemas de contingenciamento. Lembrou que temos boa capacidade de execução, de mais de 98%, então o valor que veio foi praticamente executado, com exceção daqueles recursos que chegam na última hora, mas geralmente temos licitações e termos de referência em aberto que permitem a sua utilização. A partir de 2016 começou uma complexa redução, não só entre o proposto e o homologado, mas uma redução espantosa, porque a arrecadação continua diminuindo. A redução no custeio nos deixa numa situação muito difícil. Para 2017, nossa matriz foi calculada em R\$ 77.000.000,00 e, comparado a 2012, hoje os IFEs têm o dobro dos câmpus e de alunos; o IFSul tem mais 5 câmpus. Tudo isso representa um problema, não só no orçamento de 2017, mas no de 2016; que não se sabe se chegaremos ao fim do ano honrando todos os compromissos, como pagamento de terceirizados, serviços, luz, água e outros, mesmo com toda a economia que a reitoria e câmpus têm feito desde 2014/2015. Está informando isto porque acha importante que todos os servidores saibam desta condição e quais os encaminhamentos que temos tido, disse que, numa ação no Senado, na semana anterior, conseguiram reverter na lei orçamentária de 2017, R\$ 150.000.000,00; o que acontece agora é uma pressão muito grande da comunidade junto ao legislativo para que essa peça que já está no legislativo seja ampliada; também conseguiu destaque na LDO para que nenhuma instituição de ensino sofresse um decréscimo na sua lei orçamentária de 2016. Esperamos conseguir mais R\$ 200.000,00, o que faria chegarmos o mesmo orçamento deste ano. Para que tenhamos mais força para resgatar todos esses valores orçamentários, o CONIF decidiu criar um dia de defesa dos institutos; que agora os parlamentares estão nas campanhas para prefeito, só retornarão após o segundo turno das eleições, quando então o CONIF trabalhará nesta peça orçamentária; será novembro, época em que os institutos deverão fazer campanha forte, principalmente nas prefeituras, para que tenhamos atos em defesa dos IFEs; que o IFSul já está construindo documento para irmos nas prefeituras e câmaras de vereadores, colocando para eles a importância e a necessidade de recursos, ao menos nos valores do ano passado, para a educação. Apresentou o documento que mostra que em 2012 tínhamos R\$ 1.709.000.000,00 e em 2017, R\$ 2.188.000.000,00; se colocarmos o IPCA de 2012 para cá, o valor deveria ser maior que os R\$ 2.188.000,00, com a diferença que éramos metade; que é impossível continuar com a mesma estrutura que temos com esses valores, que são de toda a rede federal; estas são as questões que estamos trabalhando; são valores de custeio, não tem nada de investimento; tem outra coisa que está na LDO e que tentou colocar um destaque, que pode ser retirado pelo governo, que é o seguinte: na LDO, os próximos vinte exercícios serão indexados ao exercício de 2016 de avaliação da inflação e mesmo que a situação do Brasil melhore, na educação estamos numa situação muito ruim. Está informando porque tem intenção

de, nos próximos três meses, puxar ação do IFSul em favor dos nossos trabalhos e seria interessante conseguir cartas de apoio de 300 prefeituras para entregar aos parlamentares. Foram empossados os **novos conselheiros** de Bagé, Venâncio Aires e Lajeado e, a seguir, a **ata 03/2016** foi submetida à apreciação, sendo aprovada com a alteração de reclassificar para reenquadrar, CSN por CNS, plena por assembleia, Conesul por GT. Foram submetidas à apreciação as **portarias ad referendum nºs 1972, 1983, 2017, 2185 e 2186**, aprovadas, após esclarecido, em relação à portaria 2017, ser apenas exclusão e à portaria 2186, que também altera o nome do curso que constava na resolução 84, de Técnico Florestal para Técnico em Florestas. O presidente colocou em discussão o **processo para eleições gerais no IFSul**, conforme Lei 11.892/2008 e Decreto 6.986/2009, deflagrando o processo e salientando o prazo de 90 dias para sua conclusão. Informou não ser candidato à reeleição e agradeceu o apoio do Conselho. Justificou por relações familiares, ter dois filhos pequenos e a reitoria, aliada ao CONIF, tem demandado este ano uma ação enorme em Brasília, principalmente com a troca de governo, a entrada de novos colegas que muitas vezes não conhecem as ações de tramitação da secretaria e dos IFEs, o que demanda dos reitores enorme energia, tanto nas questões dos recursos deste ano, quanto no próximo ano; as questões de servidores, um gargalo que vem se agravando desde o mandato da presidenta Dilma, quando já estavam discutindo com o MPOG; que pela saída do pessoal do quadro tiveram que recomeçar do zero e mais agravado, pois quem apoia agora são as bases parlamentares, senadores, deputados que não são as mesmas bases que davam apoio antes, o que tem gerado ação muito forte da diretoria do CONIF; então, de março para cá, de cada quatro semanas do mês tem ficado aqui apenas uma; isso, associado à necessidade que está sentindo da família, de estar mais junto dos filhos e da educação deles e também a exigência de, como presidente do CONIF, quase não poder se afastar de Brasília, pois muitas vezes é o presidente que eles chamam para conversar, abdicou de concorrer; deseja que seja feita uma boa transição até 8 de abril de 2017, quando acaba o mandato, que até lá se consiga os recursos necessários de custeio e investimento, porque as instituições federais ainda precisam e que a gente consiga, no mínimo, os 112 TAs de que precisamos para ter uma sobrevida até 2018. Sobrevida porque estamos mudando frontalmente os rumos da educação profissional e política do país; que até 2018 estamos enfrentando demandas que não vêm ao encontro das demandas institucionais de quando criaram os institutos; que com a PEC 241 haverá diminuição de recursos e corremos o risco de termos de mudar o *modus operandi* dos institutos; que acreditamos muito nessa política criada em 2008 que são os institutos federais presentes em mais de 10% das cidades brasileiras e 80% nas microrregiões; por tudo isso acha que os IFEs merecem este esforço e quer contribuir com esse esforço final; quer também um bom momento de transição, uma boa eleição para o próximo reitor e diretores-gerais, porque se preocupa que não haja judicialização do processo, porque toda judicialização demanda um tempo grande para se desenrolar; que a preocupação é que, terminado o mandato, tenhamos um reitor aprovado pela comunidade; hoje operamos com outra política e temos riscos por todos os lados e devemos estar atentos a isso. Semana passada, olhando no DOU, vimos que foi aprovada a criação de mais um instituto, com R\$ 150.000.000,00, valor que precisamos para colocar em todos os institutos. Acredita que, não participando no próximo processo eleitoral, dará possibilidade maior para que possa tocar o processo e fazer dele o melhor para o IFSul. Foi apresentada uma proposta de cronograma do processo, a partir da qual o Conselho poderá fazer suas reflexões e encaminhar suas resoluções.

139 Mostrou que, de agora até dezembro, teremos apenas duas paradas para férias nos  
140 câmpus Pelotas e Pelotas-Visconde da Graça. Que o Decreto 6986/2009 regulamenta o  
141 processo, que ocorre a partir das pré-COE que deverão ser constituídas hoje para que  
142 construam o regulamento desse grupo de pessoas que vão escolher as comissões de  
143 cada câmpus, de onde sairá a COE central que construirá o planejamento da eleição:  
144 cronograma e regulamentos. Isso vai exigir mais reuniões extraordinárias em  
145 setembro/outubro, para que se aprove os regulamentos que precisam passar pela  
146 Procuradoria Federal para evitar alguma judicialização. A ideia é que a pré-COE hoje  
147 escolhida possa reunir-se ao fim deste CONSUP; que a mesma terá aproximadamente  
148 uma semana para elaborar o regulamento, a fim de que se faça reunião entre os dias 12  
149 e 16 próximos para aprovação do regulamento, já encaminhado com aval da  
150 Procuradoria. A partir daí, teremos a eleição das COEs dos câmpus, com  
151 aproximadamente mais uma semana para homologação dos nomes das COEs locais e  
152 COE central, que são as responsáveis pelo regulamento das eleições gerais e pelo  
153 cronograma; haverá nova reunião em mais ou menos 10 dias para aprovação do  
154 regulamento; lembrou que já existe um regulamento anterior e um parecer do grupo  
155 que nele trabalhou, o que agiliza o trabalho. Na homologação da COE já será definido se  
156 teremos um ou dois turnos. A conselheira Marlise Vitcel perguntou como ficou o contato  
157 com a justiça eleitoral para uso das urnas eletrônicas e também sobre as eleições serem  
158 *online*, porque tudo isso vai impactar na construção do regulamento. Foi informada pelo  
159 presidente que a justiça só poderá disponibilizá-las a partir de 05 de dezembro,  
160 portando precisamos usar urnas ou meio eletrônico. A conselheira perguntou se a  
161 reitoria e os câmpus têm previsão orçamentária para o processo. O presidente  
162 respondeu que ainda não tem dados levantados de custo da eleição, que temos um  
163 grande contingenciamento e que há um decreto de agosto pelo qual alguns câmpus já  
164 não tem limite, que hoje não temos recursos, mas garante que a eleição será realizada,  
165 que enviou para Brasília pedido de flexibilização dos limites. Quanto à eleição *online*, o  
166 diretor Paulo Asconavieta disse que existe *software* para eleições, que buscou nas IFEs  
167 e universidades federais mapeamento de *softwares* e entregou para o Carrilho,  
168 coordenador do GT do regulamento; que há 3 *softwares*, mas nenhum utilizado em  
169 eleições de grande porte, apenas usados para eleições de Conselho, sindicatos, CPA e  
170 CPPD; quem tem mais *know how* é o IFSC que liberou o *software*, que está sendo  
171 instalado; que a instalação não foi concluída por outras demandas da DTI; que será feita  
172 instalação local num servidor, que poderá ser disponibilizado em duas semanas, mas  
173 para experiência e avaliação, para conhecer o sistema de auditoria, que é muito bom,  
174 mas não sabe se seria conveniente fazer a primeira experiência num processo tão  
175 grande, de tamanha responsabilidade. O presidente lembrou que os custos ficam  
176 maiores nos polos EaD, então ficaria a cargo da COE o seu uso ou não nesses locais.  
177 Sugeriu que seja escolhida a pré-COE, lembrando que na eleição passada tínhamos um  
178 representante de cada câmpus e um da reitoria e sugeriu que seria interessante que  
179 nesse grupo conseguíssemos uma paridade entre os três segmentos. O conselheiro Osni  
180 Rodrigues sugeriu que primeiramente fosse definido o prazo de entrega do regulamento  
181 da eleição da COE, porque gostaria de participar, mas na próxima semana estará  
182 ausente da cidade não podendo participar de nenhuma reunião. O presidente disse  
183 estar com vários compromissos agendados, podendo marcar a reunião para dias 15 à  
184 tarde ou 16; que de 19 a 27 estará em Vitória; que para presidir o Conselho teria que  
185 ser 15, 16 ou 19; que acredita que duas semanas seria o tempo suficiente para construir  
186 o regulamento. Lembrou que a reunião terminando hoje, a pré-COE poderia se reunir

187 amanhã pela manhã e depois seria liberada a sala de videoconferência, que seria um  
188 bom instrumento de comunicação. O conselheiro Osni Rodrigues salientou que seria de  
189 muita importância que as pessoas que participaram do GT trabalhassem junto com a  
190 pré-COE. A conselheira Maria Regina Lima considera que vai ficar uma pré-COE imensa,  
191 quinze representantes, e sugeriu tirar um representante por proximidade regional ou  
192 por tamanho de câmpus, porque comissão grande demais não funciona direito. O  
193 presidente colocou em votação as duas propostas; a primeira, de uma pré-COE com um  
194 representante por câmpus, uma vez que na maioria dos câmpus haverá eleição para  
195 diretor-geral e apostando que a partir da primeira reunião, as próximas sejam a  
196 distância e garantindo que, se o participante do GT que avaliou o regulamento passado  
197 não for indicado pelo câmpus para a comissão, possa participar da mesma (Osni  
198 Rodrigues, Alexandre Pitol, Marlise Vitcel, Ricardo Carrilho, Fernanda Mello e Henrique  
199 Maia, sendo que os três últimos não conselheiros); a segunda, de escolher  
200 representantes por proximidade ou tamanho dos câmpus. A primeira proposta foi  
201 vencedora. O auditor Henrique Maia lembrou que fazia parte do GT como observador e  
202 colaborador, mas entende não poder fazer parte da comissão como membro nato, por  
203 não ser conselheiro, embora possa colaborar. O conselheiro Alexandre Pitol disse não  
204 ter condições de participar. O conselheiro Rafael Leitzke ratificou a importância de as  
205 pessoas que participaram do GT continuem participando, apoiando o trabalho da pré-  
206 COE e eliminando a necessidade de que sejam indicados pelo Conselho para compor a  
207 pré-COE. Ficou definido que os colegas Henrique Maia, Fernanda Mello e Ricardo  
208 Carrilho serão convidados pela pré-COE a participarem dos trabalhos da comissão.  
209 Considerando que a maioria dos câmpus terá dia não letivo 19/09 e após discussões  
210 sobre compromissos de alguns conselheiros nos dias 15 e 16, ficou definido por votação  
211 que a reunião será realizada dia 15, à tarde. O presidente passou à escolha dos membros  
212 da pré-COE, desobrigando os conselheiros Osni Rodrigues e Marlise Vitcel de  
213 participarem como membros, uma vez que atuarão como apoio. Foram escolhidos os  
214 representantes dos câmpus/reitoria para a pré-COE: Laís Correa, Daiani Luche  
215 (presidente) Emanuel Queiroga, Marlise Vitcel, Silvana Maschio, Célio Ziotti, Raissa  
216 Castro, Fernando Barkert, Miguel Dinis, Ademir Dorneles, Fernanda Camillo, Bruna  
217 Farias, Voldenir Vargas, Daltro Carvalho Fº e Marcos Schwans. Foi esclarecido que na  
218 próxima reunião deverá ser submetido à aprovação o regulamento da COE, já com o  
219 parecer da procuradoria. O conselheiro Carlos Silva ratificou a importância do trabalho  
220 realizado pelo GT, que deve ser considerado. O auditor Henrique Maia lembrou que já  
221 existe um regulamento para COEs do IFSul, que pode servir de base e que está  
222 disponibilizado. A conselheira Flávia Costa pediu que a pré-COE autorize um grupo de  
223 apoio operacional para a COE central, para ajudar na eleição de reitor, lembrando que  
224 o decreto não trata do assunto. O presidente disponibilizou-se a ver como o assunto foi  
225 tratado em outros institutos. Submetidos à votação, os nomes dos integrantes da pré-  
226 COE foram aprovados por unanimidade, com a garantia de ter o apoio dos integrantes  
227 do GT. A pauta seguinte, criação de **comissão para regulamento de afastamento dos**  
228 **TAEs** foi retirada. O presidente lembrou que o regulamento já existe, que o que está  
229 sendo tratado é se a instituição tem força no sentido de determinar um número para  
230 manter em capacitação; o assunto já estava na última pauta do CODIR, mas a reunião  
231 foi muito focada nos recursos, não havendo tempo para tratar do assunto, ficou o  
232 compromisso de ser discutido no próximo CODIR, para que possa ser trazida alguma  
233 proposição; que já consultou outros institutos para saber se têm tal regramento.  
234 Passou-se a tratar da **alteração do Regimento Geral**, com a alteração da vinculação do



235 câmpus Avançado Novo Hamburgo do câmpus Sapiranga para a reitoria. O conselheiro  
236 Osni Rodrigues perguntou o porquê da alteração. O diretor Gelson Correa explicou que  
237 todos os processos são feitos pela reitoria, tornando-se desnecessário passarem antes  
238 pelo câmpus Sapiranga, para depois virem para a reitoria. Lembrou que o câmpus  
239 Sapiranga ainda está em implantação e não tem estrutura para atender as demandas de  
240 Novo Hamburgo. O conselheiro Osni Rodrigues mostrou preocupação por estarmos  
241 criando algo que não existe. O presidente explicou que isso ocorreu também Santana  
242 do Livramento, que inicialmente ficou vinculado ao câmpus Bagé; que isso gera atropelo  
243 operacional, uma vez que o câmpus, ainda em implantação, tinha que tramitar ações  
244 para ele e também tramitar documentos para o avançado, a única ligação entre eles,  
245 uma vez que não se originaram de desdobramentos dos câmpus, foram processos  
246 diferenciados. A alteração desonera o câmpus Sapiranga da vinculação administrativa.  
247 A proposta foi levada à votação e aprovada por unanimidade. Foi tratada a  
248 **regulamentação para participação em elaboração de provas e bancas de concursos.** A  
249 conselheira Daiane Gomes lembrou que o assunto havia sido encaminhado para a  
250 reunião de março e que os docentes de Jaguarão gostariam de ter um posicionamento,  
251 pois gostariam de participar das ações; gostaria de saber se há plataforma para cadastro  
252 ou banco de dados para se colocarem à disposição. O servidor Renato Giusti disse que  
253 o Departamento de Seleção (DES) está trabalhando para regulamentar todos esses  
254 processos. Hoje, para um concurso para professor docente, vêm as bancas, tudo pronto  
255 do câmpus, a coordenadoria entrega à PROEN que repassa ao DES; para técnicos é o  
256 mesmo processo, mas o DES se encarrega de organizar um pouco as bancas, porque  
257 muitas vezes os câmpus não têm pessoal habilitado para fazer parte da banca.  
258 Vestibular, também está sendo regulamentado, mas vem sendo feito preferencialmente  
259 com bancas de Pelotas e com ajuda de Passo Fundo. Isso porque a prova necessita de  
260 revisão pedagógica, correção linguística e o professor precisa estar sempre à disposição;  
261 no momento, a logística melhor é onde estão os professores mais próximos, porque as  
262 provas precisam ser verificadas e corrigidas antes de serem rodadas. Por segurança, a  
263 prova não pode circular por redes sociais ou e-mail. Este é o motivo de estarmos  
264 trabalhando com os câmpus Pelotas e Pelotas-Visconde da Graça, com a ajuda do  
265 câmpus Passo Fundo. A conselheira Daiane Gomes perguntou se a regulamentação  
266 prevê a participação de servidores de outros câmpus, com o que concordou Renato  
267 Giusti. Lembrou que a participação em bancas implica o servidor ter disponibilidade  
268 sempre que for chamado, não podendo ser aceitas justificativas para ausência quando  
269 um processo está rodando; que revisões ortográficas e avaliações pedagógicas são feitas  
270 duas ou três vezes; que a regulamentação detalha todo o procedimento e será  
271 encaminhada à PROEN para posterior submissão ao Conselho. O auditor Henrique Maia  
272 lembrou que o assunto já foi tema da auditoria 16/2013, quando houve duas  
273 recomendações, uma propondo a manualização, a construção de norma interna para  
274 escolha de servidores para participação nesses processos e a outra pedindo que o DES  
275 se abstenha da conduta de indicar servidores; sabe-se que as coisas demoram, mas que  
276 estão andando. A seguir foi atendida a solicitação de **informações sobre a concessão de**  
277 **dedicação exclusiva (DE).** O conselheiro Antônio Silva Jr. relatou que um colega já teve  
278 três tentativas negadas e gostaria de saber se há outros docentes na mesma situação e  
279 como/quando será resolvida a situação. O diretor Alessandro Lima explicou que os  
280 encaminhamentos do professor foram feitos em novembro/2015, fevereiro e  
281 agosto/2016. Em todas as ocasiões foi explicado que a concessão de DE está  
282 condicionada ao aumento do banco, uma vez que o atual está com a sua totalidade

283 aproveitada; que conceder DE hoje é utilizar mais pontos do banco, que hoje não existe.  
284 Que a discussão vem desde 2012, quando deram um banco menor que o necessário; na  
285 ocasião saiu uma resolução do CONSUP dizendo que toda vez que houvesse aumento  
286 do banco, a prioridade seria o acerto da situação dos docentes sem DE. Isso vem sendo  
287 feito, mas o banco é feito da seguinte forma: em determinada data o MPOG tira extrato  
288 da situação do quadro da instituição e monta um banco, então aqueles que estavam  
289 sem DE naquele momento são contados com um ponto para 40 horas e os que já  
290 estavam com DE são contados como 1.59 e as novas vagas são sempre dadas com DE;  
291 quando estiver próximo o aumento de banco tem que se retirar desses novos pontos os  
292 que se vai dar para a DE. Hoje são 10 docentes sem DE, então todos receberão 1.59  
293 pontos, o que é possível só para o próximo aumento de banco. Desde julho do ano  
294 passado tem enviado documentos incessantemente solicitando novas vagas e aumento  
295 de banco, mas as respostas do MEC e MPOG não são positivas. Este ano houve uma  
296 possibilidade de sair o aumento do banco no fim do governo Dilma, mas não ocorreu.  
297 Com a mudança da SETEC, continua trabalhando no novo quantitativo, apontando que  
298 o nosso quantitativo de docentes e técnicos está a menor; existe sinalização de que até  
299 o final do ano seja aumentado o banco de equivalentes ou, não acontecendo, há a volta  
300 de professores temporários. Não havendo a recomposição do banco, a solução será usar  
301 os pontos liberados por aposentadorias para a concessão de DE; que hoje o banco só  
302 tem 4 vagas para técnicos, ainda não destinadas. O presidente disse que o último  
303 aumento de banco foi em 2014; que o MEC aumentava o banco todo ano, às vezes duas  
304 vezes por ano; com a implantação dos novos câmpus não chegamos a 80% dos docentes;  
305 que no segundo semestre 2014 fizemos concursos e, como tínhamos a previsão de  
306 continuar recebendo atualização do banco, continuamos trabalhando. Em 2015,  
307 começou a dar problema e a não vir; começamos 2016 com grande dificuldade porque  
308 estávamos com 5 câmpus novos; a partir daí, começamos a cobrar banco  
309 insistentemente; hoje tem 14 institutos nesta mesma situação; que em maio, o  
310 Ministério afirmou que já estava com o documento na mesa do ministro; como este já  
311 tinha saído, o secretário Francisco Gaetani, do MPOG, não assinou. O novo ministro diz  
312 que o Estado está muito grande e tem sido um enfrentamento muito difícil a questão  
313 dos servidores; que há um jogo entre MEC e MPOG. Este diz que se o primeiro autorizar  
314 ele libera. Semana passada o MEC chamou para reunião com MPOG e SETEC onde se  
315 colocou mais uma vez a necessidade de banco e eles disseram que vão resolver, que até  
316 final do ano darão mais banco ou recriarão o professor temporário. Nossa previsão era  
317 de 160-180 docentes, que viriam em dois blocos: 2016 e 2017. A expectativa é que  
318 venha o banco; vindo temporários até o final do ano a solução é usar os pontos das  
319 aposentadorias para a concessão de DE. Estamos colocando a possibilidade de não  
320 encerrar 2016 pela falta de professores; que o interessante seria ter todos os docentes  
321 com DE porque não haveria sobra de banco. A situação do professor em pauta será  
322 resolvida dentro dessa situação; não tem como ser agora porque se constituiria em  
323 improbidade da gestão. A seguir, foi submetida à apreciação a proposta de  
324 reformulação do **PPC Superior de Tecnologia em Design de Moda**, do câmpus Pelotas-  
325 Visconde da Graça. Não sendo apresentados destaques, foi aprovada. A seguir, foi  
326 proposta a reformulação do **PPC Superior de Tecnologia em Viticultura e Enologia**, do  
327 câmpus Pelotas-Visconde da Graça. O pró-reitor Ricardo Costa solicitou que também  
328 fosse incluída como pauta o **aumento da oferta de 25 para 35 vagas do referido curso**  
329 no Plano de Oferta de Vagas do Plano de Desenvolvimento Institucional. Colocada em  
330 votação, a proposta foi aprovada. As propostas de reformulação do **PPC Superior de**

Handwritten signatures and initials at the bottom of the page, including names like "MPOG", "SETEC", and various personal initials.



331 Engenharia Civil e do PPC Superior de Engenharia Mecânica, do campus Passo Fundo  
332 foram aprovadas, sem destaques. A seguir, foram apresentadas as propostas de  
333 reformulação do PPC Superior de Engenharia Química e do PPC Superior de Tecnologia  
334 em Gestão Ambiental, do campus Pelotas, também aprovadas, sem destaques. O  
335 próximo assunto foi a proposta de atualização do PPC Técnico em Eletroeletrônica, do  
336 campus Sapiranga, aprovada sem destaques. Foi apresentada a proposta de retificação  
337 do calendário letivo do campus Avançado Novo Hamburgo, aprovada. Passou à  
338 discussão a inclusão do curso Técnico em Desenvolvimento de Sistemas no Plano de  
339 Oferta de Vagas do campus Pelotas-Visconde da Graça. Respondendo ao  
340 questionamento da conselheira Flávia Costa, que considerou confusa a documentação  
341 enviada pelo campus, o pró-reitor Ricardo Costa explicou que o curso iniciará em  
342 2016/2; que o vestibular que aconteceu foi para 2016/1; que o calendário 2016/1 inicia  
343 em outubro; que o campus tinha a ideia de iniciar o curso em 2016/1, mas perdeu o  
344 prazo de vestibular. Submetida à votação, a proposta foi aprovada. O item seguinte foi  
345 o Mestrado Acadêmico em Educação do campus Pelotas. O conselheiro Osni Rodrigues  
346 disse não haver parecer da PROESP, que não se diz contrária ou favorável à aprovação  
347 do curso, só que está tramitando na Capes; que o mesmo acontece com o próximo item  
348 da pauta, Mestrado Profissional em Engenharia e Ciência Ambiental, também do  
349 campus Pelotas. O pró-reitor Marcos Betemps explicou não ter parecer da pró-reitoria  
350 por estar tramitando na Capes; que só diz que serão ofertadas vagas nos referidos  
351 cursos se o parecer da Capes for favorável; que para mestrado e doutorado não é  
352 avaliação interna, é enviada uma proposta de curso novo para a CAPES e lá é avaliada,  
353 não havendo avaliação interna para cursos de pós-graduação *stricto sensu*. Por isso a  
354 discussão da reunião anterior sobre o momento em que o Conselho se manifesta, se  
355 deve ser depois do resultado do processo de avaliação da Capes e da recomendação do  
356 curso pela mesma; que foi trazido para que este definisse o momento; que a pró-reitoria  
357 tem como padrão aprovar o curso após o parecer da Capes, pois uma vez tendo a  
358 recomendação do curso, o documento que o valida é avaliado por outras entidades; por  
359 isso a possibilidade de o Conselho aprovar o curso com base no parecer da Capes; este  
360 seria o trâmite mais tradicional. Que até o momento tem sido da seguinte forma: depois  
361 de ter o resultado da Capes traz para cá, ou então aprovamos nós como já fizemos com  
362 o mestrado em Engenharia Industrial, em 2015, que foi aprovado no Conselho,  
363 condicionado a que a Capes desse um parecer favorável. Isso foi feito agora em relação  
364 aos dois cursos de Mestrado, sem parecer interno, dependendo do parecer da CAPES.  
365 Uma vez autorizando os cursos, ela dá um ano para que o processo seja efetivado. Ou  
366 seja, se tivermos uma reunião do CTC agora em setembro e for aprovado o curso eles  
367 dizem que temos um ano a partir do parecer para dar início ao processo; se for aprovado  
368 no final do ano, a grande preocupação do pessoal do campus Pelotas é que sendo  
369 aprovado num período em que está em discussão o processo eleitoral, talvez não tenha  
370 tempo de aprovar no CONSUP e aí não pode abrir processo seletivo e não consegue abrir  
371 em março 2017, caso o parecer da CAPES seja favorável; por isso a precaução de trazer  
372 antes ao Conselho. Explicou que o documento não é o mesmo do nosso PPC de curso, é  
373 um modelo totalmente diferente, que sai do aplicativo para cursos novos de pós-  
374 graduação da Capes. Vem muito material, descrição, produção acadêmica, todas as  
375 disciplinas, vinculação; é um documento que vai junto do APCN. A conselheira Flávia  
376 Costa disse considerar necessárias descrições maiores de aberturas de cursos, porque  
377 não consegue saber se essa abertura de cursos não prejudica os que já estão em  
378 andamento no campus; não há apreciação de nenhuma pró-reitoria nem da direção-



379 geral do câmpus Pelotas dizendo que a abertura de tal curso não vai prejudicar o  
380 andamento de outros cursos, se o câmpus tem condições de arcar com o curso. A  
381 representante dos técnicos da reitoria considera importante que, independente do  
382 parecer da CAPES haja maior detalhamento por parte das unidades da instituição  
383 envolvidas sobre a possibilidade de abrir esse curso. O conselheiro Milton Almeida disse  
384 que quando trouxe a pauta para a reunião anterior comentou isso e, inclusive, no  
385 projeto enviado à Capes estão descritas as condições necessárias para o funcionamento  
386 do curso, justificando que o câmpus Pelotas já tem estrutura e mantém o Mestrado em  
387 Tecnologia Profissional e procura avançar para o doutorado, mas que para isso precisa  
388 ter um mestrado acadêmico, esse é o objetivo; que vai ser usada a mesma estrutura do  
389 mestrado profissional e as condições estão todas descritas detalhadamente no  
390 processo. A conselheira Regina Lima disse que quando se manda proposta de curso para  
391 o Consup é porque estão sendo atendidas todas as exigências; que as pós-graduações  
392 dos câmpus atendem à verticalidade do ensino, isto é, atendem os cursos técnicos, os  
393 cursos de graduação e pós-graduação, então não vê o que teria de mandar quando o  
394 câmpus tem autonomia de dizer que precisa formar tal curso porque tem pessoal  
395 suficiente, que é o mesmo do mestrado em educação. O conselheiro Osni Rodrigues  
396 disse ter o mesmo anseio colocado pela conselheira Flávia Costa; que recebe o parecer  
397 da PROEN dizendo claramente se é favorável ou não mas não há o PCC para ser olhado;  
398 que neste caso, o APCN que seria o documento similar ao PPC não veio para análise. O  
399 pró-reitor Marcos Betemps explicou que o documento anexo corresponde ao nosso  
400 PPC. O conselheiro Osni Rodrigues disse sentir falta do posicionamento da PROPESP  
401 dizendo ser favorável, que atendeu os requisitos exigidos pelo IFSul, pois terceirizou  
402 essa responsabilidade para a Capes, mas não deu seu posicionamento. O pró-reitor  
403 Marcos Betemps disse que os critérios são muito básicos, corpo docente mínimo de 8  
404 doutores, critérios muito superficiais, que terceirizamos o processo de avaliação porque  
405 não temos, ou até temos, porque se como instituição decidimos que vamos abrir um  
406 mestrado podemos abri-lo, mas não é reconhecido pela Capes; que tem universidade  
407 que fez questão de abrir um mestrado sem pedir autorização da Capes, por decisão do  
408 gestor; todo mundo que entrava era informado que estava entrando num mestrado sem  
409 autorização da Capes; que os alunos terminaram seu mestrado e depois foram à justiça  
410 solicitar a validação do seus diplomas; então terceirizamos o processo de avaliação dos  
411 cursos de pós-graduação porque precisamos disso para ter o reconhecimento dos  
412 nossos cursos. Até pode-se enviar um parecer dizendo ser favorável ao curso, até se  
413 envia, quando mandamos para a Capes dizendo que o instituto apresenta estrutura de  
414 pessoal e de equipamentos disponíveis para o curso e a partir daí a Capes avalia. Pode  
415 ser feito um documento prévio, mas sem muito fundamento; se a gente disser que  
416 aprova o curso e a Capes disser que não está recomendado, ficamos sem saber como  
417 proceder, por isso a gente acaba não mandando esse documento. O conselheiro Miguel  
418 Dinis disse concordar com o posicionamento da PROPESP, de aguardar a avaliação da  
419 Capes vinculando o retorno ao Conselho a respectiva avaliação e depois, retornando  
420 para o questionamento da Flávia, disse que muitas vezes, como conselheiro, não tem  
421 clareza para votar se favorável ou não a alguma pauta; que quando se vota está se  
422 autorizando o instituto quanto a isso; algum tempo atrás teve o problema de vagas; que  
423 quando o Conselho aprova, está aprovando que estas vagas serão dadas para o curso.  
424 Certamente o CODIR é um lugar onde se discute muito mais sobre vagas por ser o local  
425 onde os diretores estão falando de pessoal, de investimento, de uma série de coisas que  
426 às vezes não chegam aos conselheiros. Então a questão não é sobre o mestrado, é sobre

427 qualquer curso. Se o diretor diz que tem condições de abrir o curso, isso seria positivo  
428 tanto para o processo da PROEN quanto para nós escolhermos se seremos ou não  
429 favoráveis. O presidente resumiu a fala do conselheiro dizendo que a aprovação seria  
430 mais consistente se houvesse posicionamento das pró-reitorias envolvidas sobre a  
431 forma do curso, mas a questão da operacionalidade seria do diretor; que contemplaria  
432 um posicionamento do diretor. O pró-reitor Marcos Betemps disse que surgiram duas  
433 vertentes, uma do conselheiro Osni, que solicitou um parecer um pouco mais claro por  
434 parte da pró-reitoria dizendo que o projeto de curso atende os requisitos básicos da  
435 área a que está submetido; se na área de educação, o documento deveria dizer que em  
436 termos dos requisitos da área, o curso apresentado traz todas as condições básicas  
437 necessárias. A questão da conselheira Flávia é mais uma questão do diretor, ele dizer  
438 que o curso possui estrutura de pessoal, equipamentos e espaço. Nós, na nossa lógica,  
439 quando recebemos o documento assinado, do câmpus ou do chefe de departamento  
440 acreditamos que o câmpus tem condições de oferecer o curso sem necessidade de  
441 pessoal, material ou laboratório; a nossa ideia é que há autonomia do câmpus para  
442 apresentar propostas vindas da direção, mas podemos estabelecer como  
443 documentação básica da pró-reitoria um documento complementar com pareceres do  
444 diretor e da PROESP, se entenderem necessário. O conselheiro José Itturriet disse  
445 serem duas coisas distintas, estamos tratando de pós-graduação e a conselheira Flávia  
446 levanta a questão do câmpus como um todo, querendo saber, como conselheira, como  
447 as coisas acontecem, o que acha certo, mas quando se faz dentro de um câmpus um  
448 PPC, este tem inúmeros itens que tem o aval de um colegiado, de um departamento de  
449 ensino, assinado pelo diretor, dados que se tem concretamente para que os cursos  
450 possam ser criados dentro do câmpus; que quando o projeto chega na PROEN já foi  
451 avaliado pelo corpo docente. A conselheira Flávia disse que os conselheiros não têm  
452 acesso a esses documentos e sabe que já foram aprovados cursos sem ter pessoal  
453 suficiente, sem infraestrutura, sem biblioteca, o que gera ônus para a instituição em  
454 credenciamento e avaliação, por isso solicita a inclusão desses documentos no material  
455 encaminhado aos conselheiros, para que possa ser feita uma avaliação crítica, por ser  
456 uma responsabilidade muito grande dos conselheiros. O conselheiro Max Gonçalves  
457 considera interessante ter um parecer da direção do câmpus informando o impacto  
458 tanto de estrutura, quanto de pessoal que o curso poderá trazer; que a direção diga:  
459 hoje esse curso não demanda nenhum docente, mas daqui a dois anos ele vai gerar uma  
460 demanda de docentes; que ao avaliar, a gente possa olhar e dizer se o curso vai rodar  
461 sem nenhuma necessidade ou se daqui a um/dois anos vai precisar de mais docentes. O  
462 conselheiro Rafael Leitzke disse que não é bem assim que o processo acontece, porque  
463 no momento em que se souber de um APCN aprovado nós temos um ano para começar  
464 o curso. Disse que o câmpus Pelotas submeteu um APCN da engenharia e diversas vezes  
465 ele conversou com o reitor exatamente sobre o que o conselheiro Max falou. Disse que  
466 hoje tem gente para começar, mas não podemos esquecer que as pessoas saem da base,  
467 dos cursos de eletrônica, de engenharia elétrica e as vagas tem que ser repostas. Em  
468 conversa com o reitor e com o Betemps explicou que não poderia trancar o curso, pois  
469 isso tornaria inviável o encaminhamento de qualquer APCN; ficou estabelecido que seria  
470 submetido e que se fosse aprovado, voltaria a conversar, mas já estava estabelecido que  
471 para começar ia precisar de gente, de área física e que teria de dar conta disso no um  
472 ano depois da aprovação da Capes; então não tem como trazer para o CONSUP algo  
473 dizendo que garante ter todas as condições para que esse mestrado seja aplicado;  
474 acredita que nenhum diretor tenha condições de fazer isso, de tomar essa

475 responsabilidade exclusivamente para si, então tem que ver como conduzir esse  
476 processo, ou todos vão morrer na origem, porque hoje não tem gente para tocar o  
477 mestrado, ou melhor, para preencher as vagas deixadas por ele lá na base. O pró-reitor  
478 Ricardo Costa disse que a questão da aprovação dos cursos se dá, desde 2008, pela  
479 mesma sequência. Sempre há um planejamento, se conversa com o pessoal do ensino  
480 e geralmente são os câmpus novos; o planejamento de curso novo se dá com um ano  
481 de antecedência, o diretor encaminha a documentação à pró-reitoria, que encaminha  
482 ao CODIR onde é discutido se vai haver ou não a continuidade do processo. Depois, vem  
483 para o CONSUP e, sendo aprovado, vai para aprovação da Câmara de Ensino. Durante  
484 esse ano, os documentos estão disponibilizados na página da PROEN, todos os chefes  
485 de departamento e diretores recebem, com exceção dos câmpus novos que não tem  
486 como fazer pela necessidade de ter os cursos e há outra estrutura. Nos pareceres da  
487 PROEN, quando há questões que causam situação de não ter quadro de pessoal ou de  
488 faltar estrutura, a gente recomenda num parecer antes de sair a portaria de autorização  
489 de funcionamento para que este Conselho se atente para isso. No parecer é colocado  
490 que tal câmpus tem tal dificuldade em tal curso, no momento em que vai solicitar a  
491 autorização para funcionamento. Estamos passando por auditoria em relação a isso; a  
492 gente trabalhava até um tempo atrás na questão de que a assinatura do documento que  
493 veio do câmpus nos dava a certeza de que estava com todas as questões corretas nas  
494 três dimensões que a gente analisa, a questão pedagógica, a estrutura e a questão de  
495 pessoal. A pró-reitoria tinha o entendimento de que deveria se deter mais na dimensão  
496 pedagógica; nas recomendações da auditoria a gente tem que passar por um outro olhar  
497 e também fazer um trabalho de avaliação *in loco* da questão de quadro de pessoal e de  
498 infraestrutura, para depois então fazer o parecer; é nesse formato que vamos começar  
499 a trabalhar; estamos fazendo uma discussão junto ao chefe do departamento de ensino  
500 e aos diretores na condução de uma normativa de como vai se dar esse processo; todos  
501 os cursos obedecem esse trâmite junto com a documentação do câmpus, com exceção  
502 dos câmpus novos porque não tem estrutura completa, não tem o quadro de pessoal,  
503 mas os demais a gente parte do princípio de que o que está posto no documento e  
504 assinado é verídico; se trabalha também em cima das avaliações institucionais e  
505 também dos cursos, temos feito acompanhamento em relação a isso, temos problema  
506 em nível de biblioteca, mas quando a gente dá o parecer inicial do curso vem dizendo  
507 que tem todos os livros; na avaliação acaba não tendo e a gente acaba levando uma  
508 nota inferior; corrigimos isso e temos acompanhado através das anotações das  
509 diligências do trabalho feito pelo INEP num trabalho permanente; hoje os cursos que  
510 passamos no Conselho são cursos superiores que vão passar por avaliação, então já  
511 temos recomendações de como melhorar baseados no trabalho feito pelo INEP; quando  
512 tem problema a gente sempre busca, no parecer da pró-reitoria, orientar esse Conselho  
513 que no início do curso atente para aquele item; que a gente vai cobrar se resolveu o  
514 problema de estrutura, ou de quadro de pessoal; quando identificamos antes, como se  
515 identificou há pouco, que o quadro de pessoal foi trocado, a gente está sempre  
516 cuidando dentro da pró-reitoria para não ter mais esses problemas na questão da  
517 avaliação; não se mudou o processo, vem se melhorando, mas sempre vem do câmpus,  
518 passa pelo CODIR que faz a discussão toda e depois encaminha para o Conselho. O pró-  
519 reitor Marcos Betemps salientou a grande diferença quando se fala em pós-graduação,  
520 porque ela é nominal, não pode ser anônima como a graduação; na graduação é  
521 elencado o quadro de professores, mas há autonomia para abrir mesmo sem ter todo o  
522 quadro; na pós tem que constar no processo o nome dos professores e, às vezes, é pela

523 produção destas pessoas que o curso recebe um parecer favorável ou não; tem que  
524 estar nominados todos os servidores inclusive as disciplinas que vão trabalhar; então, o  
525 que o conselheiro Rafael disse, para graduação, está perfeito: tem professores,  
526 estrutura, inclusive vincula-se à reforma que o câmpus está fazendo nos laboratórios de  
527 química, a um espaço que vai se ter mais qualificado, mas isso eventualmente pode dar  
528 alguma dificuldade na hora de um curso técnico em química; o professor vai atender 20  
529 horas na pós-graduação e pode sobrecarregar colegas; é uma ação em que o câmpus  
530 tem que fazer um gerenciamento de toda sua equipe para dar conta disso. O presidente  
531 disse ter sido bom levantar o debate da política educacional quando a gente caminha  
532 da prática da política; que fomos constituídos como instituto em 2008, viemos das  
533 escolas técnicas, escolas vinculadas, Cefets, mas a gente está no meio da caminhada; a  
534 gente começou uma institucionalidade que precisa ser concretizada; o gestor que vier  
535 tem que ter ideia de como reforçar esta institucionalidade; que a ideia da gestão,  
536 quando começou, precisa se firmar mais numa ou algumas áreas tecnológicas; para nos  
537 firmarmos na verticalização demos uma energia em cima de um mestrado na área das  
538 engenharias que naquele momento estavam começando e os tecnólogos eram voltados  
539 na mesma área; o câmpus Pelotas era o que tinha mais doutores, mais técnicos e mais  
540 condições; visitamos o câmpus e verificamos que ele precisava de um aprimoramento  
541 na infraestrutura, precisava consolidar-se para que fôssemos um polo tecnológico, um  
542 ponto focal na área da tecnologia; mesmo assim, isso não depende só do gestor e não  
543 conseguimos aprovar; agora a química também está buscando um mestrado: naquele  
544 momento tínhamos um cenário da política educacional brasileira e hoje temos outro;  
545 não se pode dizer que ano que vem vamos ter dinheiro para construir alguma coisa,  
546 temos obras que ainda faltam nos câmpus e na reitoria, estamos buscando, mas  
547 certezas não tem, são mudanças de toda ordem; a questão dos mestrados ou da  
548 verticalização é importante para o instituto, que precisa escolher algumas áreas para a  
549 verticalização; os câmpus já constituídos do quantitativo de servidores, ou  
550 minimamente, vão ter que se estruturar dentro daquilo; se verticalizar vai ter que cortar  
551 alguma coisa, é o futuro; temos política de capacitação que incentiva os professores, o  
552 que vai resultar em algum espaço na pós-graduação. Isso referencia a instituição e é um  
553 dos elementos qualificadores: pesquisa e pós-graduação num mesmo ambiente de  
554 educação técnica, de educação básica; isso qualifica o professor e qualifica os alunos,  
555 mas é um condicionante difícil para os câmpus e deve fazer parte de suas políticas, tem  
556 que diminuir matrícula em algum lugar, aumentar em outro; cada câmpus tem que  
557 trabalhar com a construção da sua política institucional. Talvez devêssemos ter um polo  
558 em alguma área, o que depende da formação dos nossos docentes, nem sempre a que  
559 se quer; a estrutura da pós-graduação no Brasil é engessada; estamos tentando junto à  
560 Capes uma outra estrutura mais flexível, porque hoje isso não se adequa a uma  
561 estrutura multicâmpus; por exemplo, mestrado em engenharia hoje é importante aqui,  
562 talvez daqui a dez anos seja em outro lugar, onde haja condições de ser rodado; que  
563 considera a aprovação de mestrados uma caminhada importante; se depois de definido  
564 vai começar, isso é uma política institucional do câmpus, que terá de se adaptar porque  
565 não há uma energia nova. O conselheiro Carlos Silva considera interessante o ponto de  
566 vista da verticalização colocado pelo presidente e também é importante, quando se fala  
567 em pós-graduação, a questão da massa crítica, porque um bom departamento gera um  
568 bom curso de pós-graduação; se tem professores qualificados começa-se a estabelecer  
569 linhas de pesquisa numa determinada área que se consolida para gerar conhecimento  
570 novo dentro das linhas de pesquisa que vão aparecendo e consolidando ao longo do

tempo; em relação ao curso, na reunião passada se manifestou dizendo que não  
tínhamos informações suficientes e que não devia caber a nós somente aprovar ou não,  
sem a informação qualificada; pensa que durante esse período a informação nos foi  
sendo oferecida e hoje vê com outros olhos; que o câmpus Pelotas está cumprindo o  
seu papel; que pode detectar algumas coisas importantes que foram colocadas e que  
não devem passar despercebidas, a questão, por exemplo, que eles já tem um mestrado  
profissional, portanto existe uma massa crítica e um corpo docente, existe linha de  
pesquisa; estamos tentando abrir um mestrado acadêmico porque ele vai nos permitir  
fazer um doutorado, então existe uma linha de pensamento no tempo programada  
possivelmente com os resultados que eles têm obtido e isso é importante quando se  
cria uma pós-graduação. Estão trazendo uma proposta condicionada e estamos com  
medo de que até a Capes aprovar não dê tempo de passar para aprovação do Conselho,  
assim o Conselho aprova condicionado à aprovação da Capes; se é para engendrar maior  
conhecimento deve ser aprovado; talvez tenha que se criar um regimento para o  
futuro, porque isso abre um precedente por não ter sido aprovado pela Capes. A  
conselheira Daiani Luche considera pertinente a discussão, mas como conhece e  
trabalha na engenharia, acha importante a aprovação pois já há um curso de  
especialização, até com alunos formados; tem a estrutura e uma experiência como base  
para esse mestrado, e a verticalização é importante; considera importante aprovar  
condicionado à aprovação da Capes. O conselheiro Alexandre Pitol lembrou que em  
vários momentos da instituição teve a aprovação de cursos sem o devido aporte  
docente; era outra realidade, tínhamos outras possibilidades reais, não apenas  
promessas, o que agora mudou; que na última reunião do CODIR foi discutida essa  
questão; a gente tem que ver que não tem mais vaga, é o que está se propondo hoje,  
tem câmpus que está faltando professor para o semestre que vem; acha importante a  
aprovação, mas mestrado, quando se aprova ou cria outro, já tem uma carga horária  
específica na RAD, então um professor de matemática que atuar no mestrado não vai  
mais atuar naquelas disciplinas que dava no técnico ou graduação; essa é a característica  
da pós, a carga horária dele se perde e o curso onde ele atua está sabendo disso, que  
em algum momento aquele professor deixará de dar aula, isso sempre tem que ser  
pensado. Daqui a pouco virá uma proposta de curso do câmpus Passo Fundo e foi a  
primeira coisa a ser pensada na hora de criar o curso – zero docente, mesmo para daqui  
a dois ou três anos; que estão faltando professores na engenharia, mas de outras  
disciplinas e a briga vai ser por uma vaga, antes era pela expectativa de 10-15 vagas,  
agora é por aposentados; aposenta um em Pelotas, todos os diretores estão de olho,  
esta é a realidade; qualquer um a mais, que vá para qualquer lugar, tem que ser muito  
bem justificado, principalmente nos cursos de onde estão saindo as pessoas para  
fazerem os cursos novos; entende que os câmpus queiram fazer novos cursos, mas os  
cursos que dão suporte têm que ter ciência da situação, que às vezes as pessoas acham  
que é só pressionar a reitoria que sai vaga e não é bem assim. O pró-reitor Marcos  
Betemps disse que está sendo discutido e já foi para todos os câmpus para posterior  
vinda ao Conselho, a apresentação do regulamento dos cursos de pós-graduação do  
instituto, que estabelece a questão do calendário; reforçou que hoje o câmpus Pelotas  
tem o mestrado profissional em educação e a proposta é abrir o mestrado acadêmico  
em educação, na perspectiva de reduzir um pouco as vagas do primeiro para atender as  
vagas do acadêmico; o câmpus também já tem uma especialização aprovada e em  
andamento em química ambiental, que abriu para ser o embrião de futuro mestrado.  
Colocada em votação, a proposta do Mestrado Acadêmico em Educação do câmpus

619 Pelotas, condicionado à aprovação da Capes, foi aprovada. Nas mesmas condições foi  
620 submetida à votação e aprovada a proposta do Mestrado Profissional em Engenharia e  
621 Ciência Ambiental do câmpus Pelotas. O presidente solicitou autorização para continuar  
622 a reunião, tendo em vista já terem se passado três horas do seu início, com o que os  
623 conselheiros concordaram. O servidor Ricardo Carrilho, presidente da CPPD, informou  
624 que as comissões dos câmpus Santana do Livramento, Pelotas, Passo Fundo, Bagé,  
625 Venâncio Aires, Charqueadas e Sapucaia do Sul estão com os mandatos vencidos desde  
626 25 de agosto e que o da comissão central expira em 25 de setembro. Lembrou que após  
627 a eleição desses representantes deverá ser feita reunião presencial para escolha na nova  
628 CPPD central, que será a responsável pelos novos processos de RSC. Salientou a  
629 necessidade de mudar o formato de funcionamento da CPPD porque não está  
630 funcionando da forma atual, tendo em vista o grande número de demandas e ela deve  
631 ser muito mais do que RSC, titular e progressão e hoje não se consegue pensar carreira.  
632 Sobre o pedido de informação sobre os **processos de RSC do câmpus Passo Fundo**, a  
633 conselheira Edimara Sartori disse que após ter pedido a inclusão do assunto na pauta,  
634 soube que saíram portarias referentes a lotes de RSC, ainda não publicadas, então não  
635 sabe se os colegas foram contemplados. O servidor Ricardo Carrilho disse que quinta-  
636 feira saíram as portarias referentes aos lotes 21 a 25, que os lotes 26 e 27 já estão  
637 fechados, já irá começar o trabalho referente ao lote 28; lembrou que os colegas Rogério  
638 e Pablo têm colaborado bastante; lembrou que terminado o prazo do trabalho dos  
639 avaliadores, os processos terão seguimento igual dos anteriores, a cada sexta-feira se  
640 faz um grupo, um memorando da CPPD para a PROGEP para depois passar aos trâmites  
641 legais. A seguir, foi apresentado o **Regulamento do Núcleo de Idiomas do IFSUL**. A  
642 conselheira Marlise Vitcel disse que há necessidade de organizar a numeração do texto,  
643 que está desordenada e repetida; sugeriu substituir nos documentos oficiais aluno por  
644 corpo discente, professores por servidores, contemplando os diferentes gêneros. A  
645 secretária Marilvana Tavares explicou que, como documento oficial, nós, como todas as  
646 instituições, usamos a redação oficial da presidência da República; que já buscamos  
647 algumas orientações quanto a essas questões de gênero, mas nem no SECADI está sendo  
648 usada. A conselheira Marlise Vitcel pediu que fosse feita uma análise mais crítica,  
649 adequando termos possíveis, sempre que possível, para usar uma linguagem não  
650 sexista, pois temos vários núcleos e ações que reconhecem a diversidade. Só fala em  
651 professor, mas os técnico-administrativos, em cursos FIC podem atuar com formação e  
652 temos colegas com formação em letras, línguas que poderiam contribuir, mas acabam  
653 impedidos porque é colocada a linguagem professor. Gostaria de saber se está correta  
654 e, estando, que fosse usada a linguagem "servidores" que contemplaria toda a  
655 comunidade do IFSul; sobre o art. 6º, § único, questiona a cobrança de taxas para os  
656 testes de proficiência. A diretora Lia Pachalski explicou que o núcleo de idiomas funciona  
657 por portaria para quatro docentes e com o crescimento a intenção é vincular à PROEN,  
658 para possibilitar mais apoio institucional para as ações, pois idiomas se referem a ensino,  
659 mesmo que envolvam projetos de extensão. Disse que vai rever a linguagem e, sobre  
660 os técnico-administrativos, é perfeitamente possível incluir, o que só agrega valor; que  
661 os grupos serão formados por chamada interna e os técnicos podem participar da  
662 maioria das ações. Em relação às taxas, há alguns testes adquiridos pelo governo  
663 federal, que os repassou gratuitamente para aplicação pelos institutos federais e  
664 universidades de todo país; é difícil ter um teste que seja gratuito e os testes  
665 internacionais reconhecidos, que o pessoal precisa comprovar para mestrado ou  
666 doutorado não são gratuitos; que aconteceu este movimento de testes do governo pelo

movimento do inglês sem fronteiras, que esperamos continuar; teste de espanhol está tendo demanda por parte dos professores que têm procurado o Núcleo para falar sobre a falta de ações relacionadas à questão do espanhol no instituto e precisamos contemplar isso, é uma política importante porque trabalhamos com fronteiras e o teste necessário é cobrado, por isso foi colocada a ressalva no regulamento. Esse teste é feito via convênio, precisa ser cobrada a taxa que deve entrar via fundação; a taxa cobre o valor da prova e é repassada para o instituto aplicador; quando é teste de agência externa, nós entendemos que seria importante aplicar, como o espanhol e talvez alemão, não conseguindo eximir a taxa, tem que fazer convênio mediante aprovação institucional, com parecer da Procuradoria Federal. O Núcleo gostaria de se responsabilizar sistemicamente pelos testes de proficiência para atender especialmente a demanda dos mestrados internos; sendo aprovado o Núcleo, vamos fazer uma chamada para formar grupo de elaboradores e esse teste não será cobrado, como tradicionalmente era e é cobrado nas universidades; entendemos que não pode ser cobrado teste de proficiência elaborado por equipe do IFSul; a ideia seria aplicar para os docentes, técnicos e alunos internos, não para a comunidade externa, mas sobrando vagas não vê problema; esse teste é importante, precisa de uma banca e o IFSul seria dos primeiros a não cobrar taxa; então a situação de cobrança seria se o teste fosse aplicado por uma agência aplicadora internacional. A conselheira Marlise Vitcel pediu que constasse com clareza no regulamento que só os testes que dependem de agência externa serão cobrados e os elaborados pelo IFSul serão gratuitos. A diretora Lia Pachalski disse que os técnicos e professores envolvidos nos testes terão carga horária específica para isso na RAD. A conselheira Daiani Luche ratificou a importância de incluir os técnico-administrativos ou explicar que o professor poderá ser um técnico. O presidente sugeriu trocar por servidores. O conselheiro Osni Rodrigues reportou-se ao art. 3º e questionou se a gestão do Núcleo terá alguma gratificação. A diretora Lia Pachalski disse que não, por isso se mantém como núcleo e fica na carga horária do servidor que está participando do Núcleo, não tendo previsão nem de se tornar coordenadoria. Submetido à votação e com as retificações acatadas, o regulamento foi aprovado por unanimidade. Foi submetido à apreciação o **PPC Superior de Bacharelado em Ciência da Computação**, do câmpus Passo Fundo. Não havendo destaques, foi aprovado. A conselheira Marlise Vitcel solicitou informações sobre o **edital de redistribuição** a partir de demanda surgida na última reunião geral do câmpus; que já tem feito editais de remoção e vários institutos trabalham com editais de redistribuição, tanto para entrar como para sair do instituto; gostaria que fosse criada uma comissão para criar editais de redistribuição para o processo de entrada e saída de servidores ficar mais transparente. O presidente explicou que edital de redistribuição ocorre à revelia da lei. A lei é clara quando fala que a redistribuição é no interesse da instituição, tanto que ela carrega um ônus alto, a pessoa ganha transporte e ajuda de custo; quando começou a trabalhar edital de remoção, a redistribuição veio à tona porque o IFSC e talvez outro IFE faça, mas ele está ao arrepio da lei. O edital, conforme inciso 32 da Lei 8112, fala no "a pedido", então a gente regra "o a pedido", o *ex-officio* não, porque é baseado na necessidade da instituição; a redistribuição também é baseada na necessidade da instituição; fazendo edital de redistribuição entraremos numa área muito cinza, não que ele não tenha fundo de justiça, mas teremos que construir uma redistribuição a pedido; esse artifício não existe na lei mas, dada a condição em que estamos agora deveria existir dentro da lei um "a pedido" e só existe por necessidade da administração; caberia uma alteração da lei, porque o gestor fica numa situação de

*[Handwritten signatures and initials on the right margin]*

*[Handwritten signatures and initials on the left margin]*

*[Handwritten signatures and initials at the bottom of the page]*



715 fragilidade e foi opção da gestão não correr o risco. A conselheira Marlise Vitcel disse  
716 que a UFRGS não tem edital, mas tem padronização, um processo com análise de  
717 currículo, entrevista e seria interessante pensar num critério semelhante para não ficar  
718 muito na discricionariedade da gestão. O presidente ressaltou que toda a ação que vai  
719 contra a pessoalidade é uma questão de justiça, lembrou que o gestor pode sempre  
720 optar pelo concurso; que a redistribuição é importante nos cursos de graduação e pós-  
721 graduação, para a necessidade de capacitação com doutorado é uma justificativa; toda  
722 remoção deve ser justificada porque têm sempre caído no MP e muitas tiveram que  
723 voltar por judicialização; que, por isso, até para redistribuição tem orientado uma  
724 análise mais profunda, no sentido de ter justificativa; que entende que os pedidos  
725 deveriam passar pelo menos por um colegiado, reunião de determinada área, para que  
726 não fique apenas a decisão do gestor, porque esta decisão pode ser questionada. O  
727 conselheiro Mack Pedroso disse que quando um processo de redistribuição chega ao  
728 câmpus é enviado para o departamento no qual o servidor tem a formação e o  
729 departamento envia para a coordenação; no caso de docente sempre tem os pareceres  
730 da área, dos cursos onde vai atuar e do departamento de ensino e isso respalda o  
731 diretor; os pareceres são todos com base na experiência profissional. A conselheira  
732 Marlise Vitcel relatou sua experiência, disse ser questão de gestão e a atual tem esse  
733 entendimento; disse que é companheira do atual chefe de ensino, pediu redistribuição  
734 em 2012, na gestão anterior, que o companheiro concorreu com o Mack e no meio do  
735 processo teve a redistribuição negada, mesmo bem fundamentada. Depois pediu de  
736 novo e teve aceita, então tem que ter critério pois é a mesma pessoa, não houve  
737 nenhuma mudança, a não ser a de gestor; isso pode acontecer em outros lugares, fica  
738 pessoal; que o pessoal do câmpus cobra a impessoalidade, a questão do posicionamento  
739 da gestão. O presidente sugeriu que a conselheira traga sugestão para que a gestão  
740 possa avaliar, mas também não pode tirar o direito de o gestor fazer suas opções,  
741 embora devendo garantir a impessoalidade. A conselheira Gisele Schweickardt disse  
742 entender que se não se faz edital por não ser correto legalmente uma redistribuição a  
743 pedido, nenhum caso poderia ser aceito como redistribuição a pedido, mesmo que não  
744 exista o edital, como até hoje tem sido aceito; que todos os pedidos foram feitos com  
745 processo, que a pessoa pediu e tramitou mas foi a pedido do servidor; não partiu como  
746 interesse ou necessidade da instituição; que precisa da informação bem clara e  
747 uniforme de todos os câmpus porque trabalha no setor de gestão de pessoas e recebe  
748 muitas ligações; se o simples fato de não ter edital torna o processo de redistribuição a  
749 pedido legal, do seu ponto de vista não, que já conversou com o Pró-reitor de Gestão  
750 de Pessoas, que ele disse que esses processos são feitos dessa forma, que não existe a  
751 possibilidade de redistribuição a pedido, como é o caso da remoção; que ter ou não  
752 edital não é o xis da questão e sim como os processos realmente acontecem. O  
753 presidente disse haver a questão da conveniência, a pessoa se coloca à disposição, por  
754 exemplo, tenho um curso em um câmpus, sou do IFPernambuco, a LDB diz que não  
755 posso ter o curso superior se não tiver pós-graduado dando aula; tem uma pessoa que  
756 por conveniência gostaria de voltar para Pernambuco e coloca à disposição o seu  
757 currículo. É interesse da instituição? Talvez. A questão não é fazer o ato, a questão é que  
758 tu sempre vais ser julgado pelo ato. Então se a redistribuição for questionada, a gestão  
759 tem que apresentar o interesse institucional. No caso da Marlise pode ter sido  
760 pessoalidade ou não; ela poderia ter direito de acompanhar o cônjuge, mas que a  
761 imparcialidade é um exercício fundamental. Temos orientado os gestores a terem  
762 firmeza em suas decisões e que elas sejam muito bem justificadas, para que não sejam



811  
812  
813  
814  
815  
816  
817  
818  
819  
820  
821  
822  
823  
824  
825  
826  
827  
828  
829  
830  
831  
832

interessante, porque ela só é na perspectiva da necessidade do trabalho, da administração; disse que o conselheiro Osni mantém a proposta de que se tire do Conselho um grupo que faça a construção de um documento que regre as redistribuições, e é contrário. O conselheiro Osni disse que sua proposta é uma comissão para elaborar um regulamento e trazer para o Conselho para ver se seria aceitável ou não a implantação dele. Colocou em votação a proposta do conselheiro Osni Rodrigues, que foi aprovada por maioria. O conselheiro Osni Rodrigues propôs que a comissão seja formada por um grupo de cinco conselheiros, acompanhados por um representante da gestão. Disponibilizaram-se a participar os conselheiros Osni Rodrigues, Daiani Luche, Tomaz Souza, Guilherme Aguiar e Letícia Silva; o conselheiro Mack Pedroso considerou importante a participação de um representante do setor responsável pelo acompanhamento dos processos. O presidente indicou os servidores Raul Teixeira de Mello Filho e Hilbert David de Oliveira Sousa para participarem da comissão. Ficou definido que a presidência será definida na primeira reunião do grupo. Foi apresentada a proposta da inclusão do **Curso Superior de Bacharelado em Ciência da Computação** do câmpus Passo Fundo no POV e no PDI, com a oferta de 30 vagas semestrais, no turno da manhã, sendo aprovada. A seguir foi proposta a alteração da oferta de vagas do **Curso de Engenharia Elétrica**, do câmpus Pelotas, no POV, aprovada. Finalizando, foi submetida à apreciação a **complementação do Planejamento Anual 2016**, do câmpus Sapucaia do Sul, aprovada. Nada mais havendo a tratar a reunião foi encerrada e eu, Stela Marina Nunes de Castro, digitei a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelos presentes.

*[Handwritten signatures and names:]*  
Lúcia V. Aguiar  
Daiani Luche  
Tomaz Souza  
Guilherme Aguiar  
Letícia Silva  
Osni Rodrigues  
Mack Pedroso  
Raul Teixeira de Mello Filho  
Hilbert David de Oliveira Sousa  
Stela Marina Nunes de Castro  
Ana Maria Zeller  
Flávio K. Costa  
Marlin Vitor  
Francisco  
Alcides  
Antonio  
Diana